

INFORME LEGISLATIVO



31ª EDIÇÃO

Legislativo Federal

Reforma Tributária: setores participam de audiências públicas



Dando continuidade ao ciclo de debates sobre a [PEC 45/2019](#), da reforma tributária, entidades dos setores de serviços, agronegócio e cooperativismo foram ouvidos pelos parlamentares em audiência pública na **Comissão e Constituição e Justiça (CCJ)** do Senado.

Na **terça-feira, 19/9**, representantes do setor de serviços pediram que o Simples Nacional não fosse modificado, alertando que um aumento da carga poderá causar o fechamento de milhares de empresas e a perda de muitos empregos. Segundo eles, o setor de informática e telecomunicações seria bastante prejudicado também.



SUMÁRIO

Reforma Tributária: setores participam de audiências públicas p. 1

Reforma Tributária: Comissão de Assuntos Econômicos p. 2

Atualização do Código Civil p. 2

Câmara aprova redação final de projetos de lei p. 3

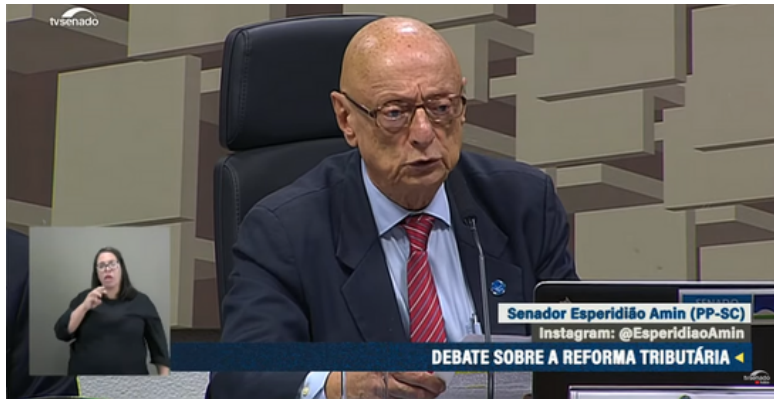
Comissão de Habitação da Alesp aprova projetos que beneficiam pessoas idosas p. 4

Câmara de SP cassa mandato de vereador por quebra de decoro p. 5



Já na **quarta-feira, 20/9**, falaram os setores de agronegócio e cooperativismo, que defenderam a manutenção dos benefícios creditícios e fiscais garantidos pela Constituição, bem como a adoção de alíquotas reduzidas e o tratamento diferenciado para produtos de gênero alimentício e biocombustíveis.

Reforma Tributária: Comissão de Assuntos Econômicos



Também na quarta-feira, a **Comissão de Assuntos Econômicos (CAE)** do Senado promoveu mais uma audiência pública com representantes de setores importantes da economia, como o elétrico e o de tecnologia, sobre os impactos da **reforma tributária**. Os debatedores apontaram avanços na proposta da reforma, mas fizeram sugestões para aprimorar o texto da [PEC 45/2019](#).

O presidente da comissão, senador Vanderlan Cardoso (PSD/GO), disse que as audiências públicas têm dado aos senadores a oportunidade de aprender e de tirar as dúvidas sobre os impactos do texto da reforma tributária. Vanderlan registrou que a proposta chega para desburocratizar o sistema e trazer segurança jurídica para os meios produtivos do país.

Os senadores **Esperidião Amin (PP/SC)**, Izalci Lucas (PSDB/DF) Jorge Seif (PL/SC), Tereza Cristina (PP/MS) e Margareth Buzetti (PSD/MT) também acompanharam a audiência.

Os convidados reconhecem os avanços na iniciativa da reforma tributária, porém, temem a elevação da carga tributária para setores estratégicos da economia.

Já aprovada na Câmara dos Deputados, a previsão é que a matéria, relatada pelo senador Eduardo Braga (MDB/AM), seja votada na CCJ em outubro.

Atualização do Código Civil

A **comissão de juristas** instituída pelo presidente do Senado, senador Rodrigo Pacheco (PSD/MG), para **propor a atualização do Código Civil** (Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002), voltará a se reunir no dia 28/9, às 10 horas.

O grupo é presidido pelo ministro Luis Felipe Salomão, do Superior Tribunal de Justiça (STJ), e tem como vice Marco Aurélio Bellizze, também ministro do STJ. Foram designados dois relatores-gerais: os professores de Direito Flávio Tartuce e Rosa Maria de Andrade Nery. A todo, são 38 integrantes, mas o número pode aumentar, segundo o presidente do colegiado.

A comissão, que iniciou os trabalhos em 4/9, definiu em sua primeira reunião a criação de sete grupos temáticos, cada um com seu sub-relator: parte geral; obrigações e responsabilidade civil; contratos; empresa; direito de família; sucessões; direito digital.

O plano de trabalho inclui reuniões ordinárias gerais uma vez por mês, agenda paralela à dos grupos temáticos, conforme organização de seus membros, e audiências públicas com convidados. Estão previstas ainda audiências especiais nas regiões Sudeste, Sul e Nordeste.

A comissão está recebendo sugestões de aprimoramentos da legislação, e qualquer cidadão pode enviar colaboração para o e-mail cjcodcivil.sugestoes@senado.leg.br. O colegiado terá 180 dias para elaborar e entregar à Presidência do Senado um anteprojeto de lei com as atualizações propostas para o Código Civil.

Câmara aprova redação final de projetos de lei



A Comissão de **Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC)** da Câmara dos Deputados aprovou, em caráter conclusivo, a redação final dos seguintes projetos de lei:

- [PL 1092/2022](#), de autoria do deputado Rubens Pereira Júnior (PT/MA), que acrescenta inciso ao artigo 206 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, para estabelecer **prazo de prescrição da pretensão de cobrança das taxas condominiais**. O [texto](#) aprovado estabelece o prazo quinquenal, solução adotada pelo Superior Tribunal de Justiça, para a prescrição das taxas condominiais.
- [PL 3595/2021](#), de autoria do deputado Carlos Bezerra (MDB/MT), que acrescenta parágrafo único ao artigo 819 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 - Código Civil, com o objetivo de **proteger o fiador contra fraude**. O [texto](#) permite a penhora do bem de família do locatário para honrar dívida com fiador de imóvel. A medida altera a Lei do Bem de Família, para ampliar os casos em que a penhora desse bem é autorizada.

As propostas seguem para análise do Senado, caso não haja recurso para votação pelo Plenário.

Legislativo Estadual

Comissão de Habitação da Alesp aprova projetos que beneficiam pessoas idosas

A Comissão de Habitação, Desenvolvimento e Reforma Urbana da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo aprovou na quarta-feira, 20/9, projetos de lei voltados às pessoas idosas:



- [PL 1203/2019](#), de autoria do ex-deputado **Professor Kenny (PP)**, que torna obrigatória a **implantação de espaços de lazer aparelhados para atividades da terceira idade** nos programas habitacionais executados pelo Estado. O PL avançou com voto em separado do deputado Dr. Jorge do Carmo (PT), com emenda determinando que a iniciativa seja aplicada também em empreendimentos já construídos pelo Estado;



- [PL 139/2023](#), de autoria do deputado **Dr. Jorge do Carmo (PT)**, que busca instituir o **Programa Habitacional da Melhor Idade (PHMI)**. A matéria teve parecer favorável do relator, deputado Simão Pedro.

Outros projetos de lei também foram aprovados pelo colegiado:



- [PL 129/2023](#), de autoria do deputado **Major Mecca (PL)** e coautoria do deputado Rafael Saraiva (União Brasil), que determina a **construção de edificações com finalidade habitacional destinadas a funcionários públicos**, em áreas pertencentes ao patrimônio do Estado. A relatora, deputada Dani Alonso, deu parecer favorável na forma do texto inicial da matéria.



- [PL 478/2023](#), de autoria da deputada **Dani Alonso (PL)**, que autoriza o Poder Executivo a criar o **Programa Banco Estadual de Materiais de Construção**. A matéria, relatada pelo deputado Barros Munhoz, teve parecer favorável à sua redação inicial.

Todas as matérias serão apreciadas pela Comissão de Finanças, Orçamento e Planejamento da Casa.

Legislativo Municipal

Câmara de SP cassa mandato de vereador por quebra de decoro



O Plenário da Câmara Municipal de São Paulo aprovou na terça-feira, 19/9, a cassação do mandato do vereador **Camilo Cristóforo (Avante)** por quebra de decoro parlamentar.

O parlamentar foi representado em ação na Corregedoria da Câmara, em razão do vazamento de fala racista durante a reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) dos Aplicativos, em maio do ano passado, da qual era relator, quando participava dos trabalhos de forma remota. “Eles arrumaram e não lavaram a calçada. É coisa de preto, né?”, disse.

De autoria do vereador Marlon Luz (MDB), o relatório sobre a perda do mandato, que exigiu quórum com maioria absoluta foi votado nominalmente e aprovado por 47 vereadores, nenhum contrário e cinco abstenções. De acordo com o Regimento Interno da Casa, a denunciante, vereadora Luana Alves (PSOL), bem como o acusado, vereador Camilo Cristóforo, não puderam votar.

Ao final da votação, o presidente da Casa, vereador Milton Leite, informou que o resultado seria encaminhado para a Justiça Eleitoral. Com efetivação da perda do mandato, Leite convocou para assumir a cadeira de Camilo Cristóforo o suplente, Dr. Adriano Santos (PSB).

A perda do mandato foi publicada na edição de quarta-feira, 20/9, do Diário Oficial do Município de São Paulo, por meio da [Resolução nº 20, de 19/9/2023](#).



Dr. Adriano Santos assume mandato

No dia seguinte, quarta-feira, 20/9, o suplente **Dr. Adriano Santos (PSB)**, tomou posse na Câmara Municipal de São Paulo. É a segunda passagem de Adriano na Casa nesta legislatura. Ele ocupou a função entre fevereiro e março do ano passado, quando o vereador Eliseu Gabriel (PSB) tirou licença de 31 dias.